

Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa¹

Amanda Souza Lima

Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER), Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, Goiás, Brasil.

e-mail: uegamandasouza@gmail.com

Francilane Eulália de Souza

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, Goiás, Brasil.

e-mail: francilanee@hotmail.com

Resumo

Na história do Brasil, há determinados sujeitos negligenciados, alvo de preconceitos, que sofreram com mazelas que lhes foram impostas, dentre os quais o camponês, que, no entrave de diversas lutas, tem buscado o direito de ser e de pertencer a seu território. Este trabalho tem como objetivo apresentar a luta pela terra enquanto uma maneira de reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa, que, nesse caso, é consolidada por meio da ocupação de terras. De modo específico, o estudo está voltado para as narrativas de luta do pré-assentamento Dom Tomás Balduino, o qual está localizado no município de Formosa-GO. Por um lado, a pesquisa se embasa em contribuições de autores que contribuíram de forma significativa para a discussão do tema. Por outro, utiliza-se a história oral, que tem por base a vivência dos próprios camponeses. A observação em campo, aliada ao diálogo e entrevista com os pré-assentados, foi essencial para a construção deste trabalho, na medida em que possibilitou a compreensão de que a luta pela terra se caracteriza como uma das formas de materialização/consolidação da identidade territorial do camponês, luta esta que, além da conquista da terra, diz respeito também à dignidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Luta pela terra; ocupação; campesinato; Formosa-GO.

Dom Tomás Balduino Pre-settlement in the reaffirmation and recreation of the peasant territorial identity

Abstract

In the history of Brazil, there are certain neglected subjects, target of prejudices, who suffered with the imposed ills on them, among which the peasant, who, in the course of various struggles, has sought the right to be and to belong to his territory. This work aims to present the struggle for land as a way of reaffirming and re-creating the peasant territorial identity, which, in this case, is consolidated through the occupation of land. Specifically, the study is focused on the struggle narratives of Dom Tomás Balduino pre-settlement, which is located in the municipality of Formosa-GO. On the one hand, the research relies on contributions from authors who contributed significantly to the discussion of the topic. On the other, oral history is used, based on the experience of the peasants themselves. The observation in the field, together with the dialogue and interview with the pre-settlers, were essential for the construction of this work, inasmuch as it made possible the understanding that the struggle for land is characterized as one of the forms of materialization /

¹ Durante as visitas em campo, os entrevistados informaram que o território é um pré-assentamento, no entanto, não conseguimos a confirmação da informação junto ao INCRA.

consolidation of territorial identity of the peasant, a struggle which, in addition to the conquest of the land, also concerns the dignity of the subjects.

Keywords: Land struggle; occupation; peasant; Formosa-GO.

Pre-asentamiento Don Tomás Balduino en la reafirmación y recreación de la identidad territorial campesina

Resumen

En la historia de Brasil, hay ciertos sujetos descuidados, objeto de prejuicios, que sufrieron con males que les fueron impuestas, entre los cuales el campesino, que, en el curso de diversas luchas, ha buscado el derecho de ser y de pertenecer a su territorio. Este trabajo tiene como objetivo presentar la lucha por la tierra como una manera de reafirmación y recreación de la identidad territorial campesina, que, en ese caso, es consolidada por medio de la ocupación de tierras. De modo específico, el estudio está orientado a las narrativas de lucha del pre-asentamiento don Tomás Balduino, el cual está ubicado en el municipio de Formosa-GO. Por un lado, la investigación se basa en contribuciones de autores que contribuyeron de forma significativa a la discusión del tema. Por otro, se utiliza la historia oral, que tiene como base la vivencia de los propios campesinos. La observación en campo, aliada al diálogo y entrevista con los pre-asentados, fueron esenciales para la construcción de este trabajo, en la medida en que posibilitó la comprensión de que la lucha por la tierra se caracteriza como una de las formas de materialización / consolidación de la identidad territorial del campesino, lucha ésta que, además de la conquista de la tierra, se refiere también a la dignidad de los sujetos.

Palabras clave: Lucha por la tierra; ocupación; campesinado; Formosa-GO.

Introdução

No decorrer da história brasileira, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2004), o camponês foi oprimido, banalizado e marginalizado pela sociedade. A sua própria existência foi, por vezes, questionada; não obstante, os camponeses demonstraram capacidade de organização, de reorganização, de adaptação e de resistência. Entre as diversas manifestações do camponês na sociedade, aqui destaca-se a materialização do território campesino por meio de assentamentos que são conquistados a partir dos movimentos de luta pela terra, os quais, por sua vez, contribuem de forma significativa para a realização de reformas políticas referentes à questão agrária brasileira.

Localizado no estado de Goiás, o município de Formosa tem se apresentado como um espaço de múltiplas possibilidades para o campo das pesquisas científicas, dentre as quais destaca-se aquelas relacionadas à luta pela terra enquanto elemento da identidade territorial camponesa. Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado teve como objeto de pesquisa o pré-assentamento Dom Tomás Balduino e as narrativas de lutas dos camponeses que nele estão pré-assentados, buscando demonstrar que a luta pela terra consolidada na ocupação desse território se caracteriza enquanto uma maneira de reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa.

A história do pré-assentamento teve início no ano de 2014, com a ocupação da Fazenda Santa Mônica no município de Corumbá de Goiás, cujo proprietário é o ex-senador Eunício Oliveira do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-CE). A transferência de famílias que ocupavam essa fazenda para o pré-assentamento no município de Formosa se deu no ano de 2015, a partir do diálogo e negociações com o governo federal. Nesse contexto, pretende-se analisar a luta pela terra enquanto um importante instrumento de territorialização da identidade camponesa, partindo da pesquisa exploratória em campo com base na vivência dos pré-assentados e de discussões acadêmicas já realizadas sobre o tema.

O caminho percorrido no desenvolvimento da pesquisa

Para a concretização deste estudo, muitos foram os caminhos percorridos a fim de que se alcançasse um resultado satisfatório. Desse modo, primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico, que proporcionou ao trabalho o suporte de autores que contribuem de forma significativa para a discussão do tema em questão, tais como Jean Claude Raffestin, Stuart Hall, Bernardo Mançano Fernandes, entre outros. De modo complementar, uma vez que o objeto do estudo é um pré-assentamento com diversos atores envolvidos, realizou-se pesquisa exploratória a partir de visitas no local. Foram feitas três observações, nos dias 01, 16 e 22 de dezembro de 2018. A primeira delas, além de proporcionar amplo material de discussão para o trabalho, caracterizou-se enquanto uma visita de sondagem, a partir da qual estreitaram-se os laços com os camponeses, por meio dos primeiros diálogos sobre a luta enfrentada pelos mesmos.

Por se tratar de uma pesquisa realizada no meio rural do município de Formosa, algumas dificuldades foram encontradas: o trajeto de aproximadamente dezoito quilômetros possui estrada não pavimentada, sendo necessário passar por cinco pequenas pontes, das quais três são de madeira. O período de chuvas também se apresentou como um obstáculo. A segunda visita, que havia sido agendada para uma semana após a primeira, foi impossibilitada devido às fortes chuvas que deixaram a estrada intransitável, trazendo para a pesquisa a percepção das dificuldades enfrentadas pelos camponeses no seu dia-a-dia. Desse modo, as observações dos dias 16 e 22 de dezembro, que concluíram a pesquisa, só foram possíveis após um breve período sem a ocorrência de chuvas.

Como já mencionado, o objeto de estudo deste trabalho é o território de diversos sujeitos camponeses, o que torna necessário utilizar a história oral enquanto fonte de pesquisa, a partir de entrevistas semiestruturadas, com caráter qualitativo.

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles

indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS e SENNA, 2011, p. 97).

Amado (1995), por sua vez, considera que essa fonte de pesquisa é capaz de recuperar acontecimentos impossíveis de serem obtidos de outra maneira, concepção também defendida por Queiroz (1998, p. 18) ao apontar que “a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito”. Ainda, de acordo com Matos (2011, p. 101), a história oral “utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade, a qual dá à história um campo de pesquisa considerável”. Nesse sentido, a memória se constitui como a base da oralidade.

Destaca-se ainda que, em razão do contexto político em que o país se encontra, optou-se, nesta pesquisa, pelo uso de nomes fictícios para todos os entrevistados, a fim de que a identidade dos mesmos seja preservada. Isto posto, é a partir das narrativas dos pré-assentados que esta pesquisa se desenvolve, demonstrando a relevância da luta pela terra enquanto elemento constituinte da materialização da identidade territorial camponesa no município de Formosa-GO.

A identidade territorial camponesa em questão

Para compreender a identidade territorial camponesa, é relevante que, a princípio, os conceitos de identidade, de território e de camponês sejam discutidos de forma individual, de modo que, ao final, os mesmos se entrelacem uns aos outros, delimitando a concepção daquilo que se entende por identidade territorial camponesa.

De acordo com a percepção de Souza (2012), o território é compreendido sobretudo a partir das relações de poder que o mesmo abarca. Tal percepção é compartilhada por Raffestin (1993), segundo quem o território é consequência da relação entre as ações que o ator desempenha no espaço, logo, “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Saquet (2009) corrobora essa percepção ao afirmar que a atuação do homem é o que caracteriza o território, de maneira que é a partir de ações humanas que o território obtém significado.

Nas palavras de Haesbaert (2007),

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica [...] Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 19).

Aqui, compreende-se o território a partir das dimensões tanto material quanto imaterial, bem como as relações de poder abarcadas pelo mesmo. A partir da formação do território, provoca-se o sentimento de territorialidade, que diz respeito “ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território” (ANDRADE, 1998, p. 214). Logo, a territorialidade é uma forma de interação/relação entre ser e espaço.

O território contempla a dimensão social, a política e a econômica, e é capaz de se constituir em qualquer espaço, sendo necessário, para isso, que sejam acrescentadas ações humanas ao meio. Determinadas relações estabelecidas em um território conferem-lhe a territorialidade, e, uma vez que esta gera significação, ela contribui para a formação da identificação dos habitantes com o território ocupado.

É notório que cada pessoa possui características próprias que a identificam, no entanto, aqui prevalece a ideia de movimento dessa identidade, de modo que ela não se adequa a uma condição estática, sendo construída, modelada e modificada ao longo dos tempos e espaços. De acordo com Saquet (2013, p. 147), a identidade é vista como “continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de um certo grupo social em um determinado lugar”. Para o teórico, a coletividade é determinante para a construção da identidade, a qual, por sua vez, é fator constituinte do território.

Hall (2014), ao debater a identidade cultural na pós-modernidade, identifica aquilo que denominou como “crise da identidade”, apontando a sua fragmentação. Para o autor, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, sua identidade seria, portanto, composta por diversas frações. Nesse sentido, Haesbaert (1999) afirma:

Hoje, num mundo dito globalizado, juntamente com esta identidade contínua/contígua, aparecem identidades descontínuas, fragmentadas e/ou sobrepostas, onde vigora o confronto ou o diálogo, a relativa fluidez e a intersecção, elaborando-se assim novas formas de identificação social (HAESBAERT, 1999, p. 183).

Desse modo, as identidades estão, a todo momento, sendo modificadas, recebendo ou perdendo seus fragmentos ao longo do tempo e do espaço. Lima (2015) compara a identidade a um mosaico, uma vez que,

[...] como um mosaico, a identidade é constituída de diversos fragmentos, logo, é possível compreender a identidade como o resultado do agrupamento de diferentes características que são previamente encaixadas para constituírem a essência da identidade de determinado indivíduo (LIMA, 2015, p. 24).

Aqui, chega-se enfim ao camponês, que se caracteriza enquanto um sujeito histórico, não sendo o mesmo de séculos atrás, uma vez que a identidade é moldada ao longo da história de cada indivíduo. Ainda assim, o camponês persiste e resiste por meio de lutas a fim de (re)conquistar seu território. De fato, ao regressar à história da própria

humanidade, é possível perceber que o camponês resistiu aos diferentes sistemas de organização da sociedade. Conforme Fernandes,

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança (FERNANDES, 2004, p. 1).

O sujeito campesino tem características próprias que estão vinculadas aos seus hábitos, costumes e valores, ou seja, à sua identidade. Relacionam-se a ele o campo – que, por vezes, diz respeito a sua própria sobrevivência – e a territorialização de sua identidade, mesmo que imaterial, nos diferentes espaços que ocupa. Para Souza (2009),

O campesinato não vende força de trabalho, mas também não vive da exploração do trabalho de outro [...]. Diferentemente do assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência [...]. Não são as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato, mas a existência do campesinato que explicará a forma de estrutura social no campo (SOUZA, 2009 p. 146).

É válido ressaltar que, por vezes, o camponês foi tratado como um sujeito inexistente, pois acreditava-se na impossibilidade de sua sobrevivência com o avanço da modernidade e a inserção cada vez maior do capitalismo no campo. Como aponta Duarte (2001, p.115), “o campesinato foi, por muitos, tratado como uma categoria em extinção, como sobrevivência de um passado, como um estranho ao debate político, como um incapaz de fazer história ou um obstáculo do processo histórico”. Wanderley (1996, p. 6), no entanto, apresenta uma concepção pós-moderna ao afirmar que o campesinato “continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno”.

Os pensamentos aqui desenvolvidos a respeito do camponês vão ao encontro da concepção de Fernandes (2004), este pontua que:

O camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência, essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la (FERNANDES, 2004, p. 3).

Duarte (2001, p. 122) enfatiza que, no que concerne ao camponês, é possível considerar “os pequenos proprietários que trabalham a terra com a força do trabalho familiar, o colono, o parceiro, o morador ou agregado, o pequeno arrendatário, o posseiro ou ocupante, o acampado e o assentado”. Souza (2012, p. 31) compreende ainda que “é no processo de constituição do modo de vida desse sujeito sobre o espaço que se dá a formação e a consolidação da identidade territorial camponesa”.

Assim, os sujeitos exercem relações de poder tanto materiais quanto imateriais no espaço que ocupam, criando significados e se identificando a partir deles. A identidade territorial do camponês diz respeito aos significados e experiências vividos pelo sujeito no território ocupado, de maneira que este se torna fator constituinte de sua identidade, à medida que o camponês nele se estabelece. Ainda, de acordo com Souza (2012),

[...] na identidade territorial camponesa, o território não é reconhecido ou marcado apenas pela dimensão econômica, pela capacidade de gerar capital, mas, acima de tudo, por ser espaço de vida assinalado por hábitos, costumes e valores diferenciados daqueles dos valores atribuídos ao território dos produtores capitalistas (SOUZA, 2012, p. 196).

Haesbaert (1999, p. 185) compreende que “as identidades territoriais nos moldes mais tradicionais não estão desaparecendo, mas se reformulando”. Desse modo, entende-se, aqui, que a identidade do camponês também está em movimento, uma vez que o mesmo cria, é recriado, se adapta, é adaptado e, acima de tudo, resiste. A vivência do camponês abrange aspectos políticos, econômicos e culturais, no entanto percebe-se a fragilidade de políticas públicas voltadas para esse sujeito e para a manutenção de seu território, que vai muito além do fato de estar no campo e diz respeito também à luta contra as mazelas enfrentadas no meio rural, assim, busca-se o direito de ter a terra, de poder nela permanecer e dela sobreviver.

Segundo Duarte (2001) apesar da repressão contra os movimentos sociais camponeses, suas manifestações identitárias permaneceram por meio de cantigas de viola, da folia de reis, das rezas, dos mutirões. Percebemos que, no estado de Goiás, a luta pela terra consiste em uma forma dessas manifestações. A identidade territorial camponesa, assim, se manifesta em diferentes espaços e de diferentes formas, a partir da organização, dos hábitos, dos costumes, dos valores e das lutas campesinas.

De maneira atrelada a tais percepções, entende-se aqui que uma das mais relevantes formas de organização e materialização do território camponês é a existência de assentamentos, que são resultados da luta pela terra. Desse modo, torna-se relevante destacar a luta pela terra enquanto uma das formas de recriação/resistência da identidade territorial camponesa.

A luta pela terra enquanto elemento da identidade territorial camponesa

A luta pela terra é uma das mais articuladas formas de organização do camponês. Segundo Silva (2014), essa luta se configura como condição e uma forma de (re)criação da identidade territorial camponesa, caracterizando-se, desse modo, enquanto identidade de resistência. Duarte (2001, p. 116) acrescenta que “a luta pela terra, diante do avanço do capitalismo, passa a ser fundamental para a sobrevivência do campesinato”. A história de

resistência camponesa no Brasil remete à chegada dos portugueses, que ocasionou uma intensa concentração fundiária. Como sujeitos dessa luta, incluem-se também os indígenas e os africanos.

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas. Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento (FERNANDES, 1999, p.1).

Por se tratar de historicidade, não se deve deixar de citar, aqui, algumas lutas, tais como a dos povos negros africanos que foram escravizados no Brasil; a Guerra de Canudos (1896-1897), que, para Fernandes (1999), foi um dos maiores exemplos de organização da resistência camponesa no país; a Guerra do Contestado (1912-1916); a revolta de Trombas e Formoso, já na década de 1950, cujo impulsionador foi a grilagem de terras, e as Ligas Camponesas (1950-1960). Nessas lutas/guerras, observa-se a incessante disputa por poder, que encerrou e abriu os séculos; uma busca pelo poder, tanto material quanto imaterial, que foi disseminada por todo território brasileiro, de norte a sul, uma disputa entre desiguais, uma vez que o poder foi imposto por meio da violência.

Segundo Guimarães (2004), o período compreendido entre as décadas de 1950-1960, anterior à ditadura militar no Brasil, marca um momento em que lutas sociais no campo são tomadas com maior organização. Naquele momento, especificamente no estado de Goiás, lutava-se contra a “expropriação territorial efetuada por grileiros, fazendeiros e empresários” (GUIMARÃES, 2004, p. 229).

Conforme Fernandes (1999), o estado de Goiás recebeu o excedente populacional de outras regiões com a política de ocupação dos vazios demográficos no centro-oeste do país durante o governo de Getúlio Vargas, que foi denominada de “Marcha para Oeste”. Este fato, atrelado a outros tais como a construção da Transbrasiliana, gerou a valorização de terras no estado, que foram ocupadas por posseiros e, posteriormente, por grileiros que impulsionaram a existência de diversos conflitos, dentre os quais a já citada revolta de Trombas e Formoso. As lutas se espalharam pelo estado, porém, foram sufocadas a partir do governo militar.

Duarte (1999) corrobora as observações de Fernandes (1999) ao afirmar que, a partir do momento em que o Brasil passou a viver um governo militar, houve uma espécie de submersão dos movimentos que eram articulados pela classe camponesa e intensificou-se o uso da violência contra os mesmos durante os conflitos pela terra. Entre os anos 70 e 80, o norte do estado de Goiás (hoje Tocantins) foi palco de conflitos envolvendo a posse de terras, cujo fator intensificador, de acordo com o autor, foi a política de atração do capital

para aquela região, que gerou a expulsão de posseiros, os quais passaram a dispor da ajuda da Igreja Católica e, assim, organizaram-se e resistiram contra a expulsão, sendo a Diocese de Goiás uma das entidades mais ativas em seu apoio.

É a partir da década de 1980 que tem início o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que, desde a sua origem, tem desenvolvido uma política de ocupação de terras, realizando um processo de territorialização, bem como a reterritorialização dos camponeses expulsos e expropriados. De acordo com Fernandes (1999), no ano de 1994, o movimento já se encontrava territorializado em todas as regiões do país, constituindo-se enquanto uma das principais forças políticas do Brasil. O autor ainda pontua que:

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se (FERNANDES, 1999, p. 7).

De acordo com Haesbaert (1999, p. 184), “determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem”. Entende-se, desse modo, que o camponês territorializa o espaço ocupado atribuindo a ele sua identidade, a partir das atividades que desenvolve naquele local, que passa a ser um território de significações, de existência e de resistência.

A luta pela terra no pré-assentamento Dom Tomás Balduino e a reafirmação da identidade territorial camponesa

É no contexto da identidade territorial do camponês e das suas lutas para (re)conquistar seu território, que a este trabalho interessa, de modo particular, o município de Formosa, que está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, e cuja urbanização é um fenômeno recente – de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Formosa, a população era predominantemente rural até meados da década de 1970. É nesse município que se localiza o objeto desta pesquisa, o pré-assentamento Dom Tomás Balduino.

Com atualização datada de 31 de dezembro de 2017, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o estado de Goiás corresponde à Superintendência 04 (SR04), e nele existem um total de 309 assentamentos que contam com 13.045 famílias assentadas, as quais se encontram territorializadas em uma área de

720.439,09ha. Salienta-se que o primeiro assentamento de Goiás foi o PA Mosquito, criado no ano de 1986, e que possui papel significativo na luta pela terra do estado.

No que diz respeito ao município de Formosa-GO, por fazer parte dos municípios do Entorno do Distrito Federal, Formosa foi inserida na Superintendência 28 (SR28). A última atualização realizada pelo INCRA é do dia 31 de dezembro de 2017, na mesma é possível observar que o município conta atualmente com 17 assentamentos (tabela 01), sendo que o primeiro deles, PA Santa Cruz, foi criado em 1984.

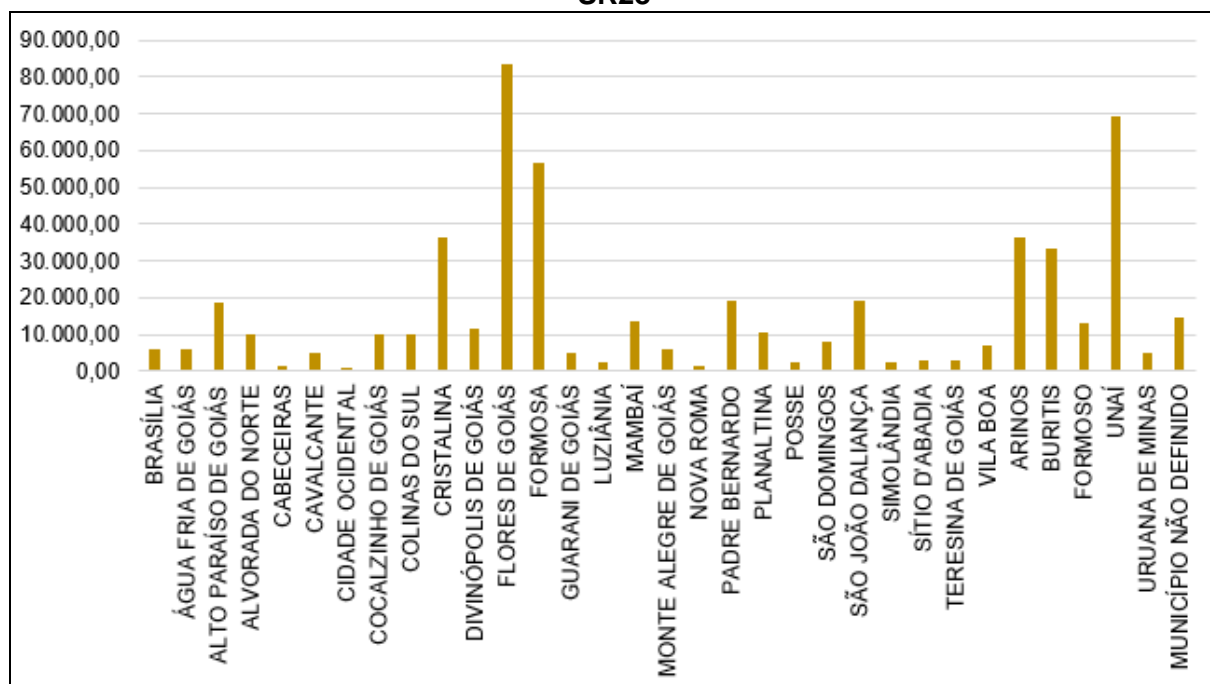
Tabela 01: Assentamentos do município de Formosa-GO

ASSENTAMENTO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	CRIAÇÃO
PA NOVA PIRATININGA	93	78	2.133,86	18/04/1995
PA SANTA CRUZ	90	90	2.685,73	03/12/1984
PA VALE DA ESPERANÇA	178	156	5.614,31	18/11/1996
PA VIRGILÂNDIA	251	239	10.453,34	30/12/1996
PA PALMEIRAS	34	29	952,45	04/02/1999
PA PALMEIRA LOTE SEIS	41	39	1.212,24	01/10/1999
PE POÇÕES	60	42	1.959	15/12/1999
PE PARANÁ I	75	60	2.282	15/12/1999
PA BREJÃO	89	48	2.225,32	26/09/2008
PA MORRINHOS	171	53	3.634,93	16/02/2009
PA BARRA I	103	81	3.357,32	03/07/2009
PA BARRA VERDE	76	63	2.472,65	03/07/2009
PA FARTURA	275	204	5.959,06	11/08/2009
PA FLORINDA	103	70	2.861,38	11/08/2009
PA JUNCO	65	40	1.556,84	16/12/2009
PA SAO FRANCISCO DE ASSIS	180	112	4.568,35	20/12/2010
PA ÁGUA FRIA	125	101	2.609,51	07/03/2012

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017)

A quantidade de assentamentos no município proporciona reflexões quanto a sua representatividade camponesa, uma vez que, dos municípios do Entorno do Distrito Federal, Formosa é um dos que possui maior expressividade quanto à área ocupada (gráfico 01).

Gráfico 01: área ocupada por assentamentos na SR28



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017)
Organização: autora

Assim como a situação vivenciada pelo Brasil desde o período de sua colonização, Formosa também apresenta uma intensa concentração fundiária. É na perspectiva de desconcentração de terras e sua distribuição de forma justa e igualitária que os movimentos sociais de luta pela terra têm se territorializado no município desde a década de 1980.

Os movimentos sociais de luta pela terra são territorializados, assim, a partir de ocupações, que aqui entendemos como um movimento de existência e resistência da identidade territorial camponesa. Como já exposto, o campesinato tem notória capacidade de organização e adaptação, constituindo-se de diferentes maneiras ao longo de toda extensão territorial brasileira. Formosa-GO se configura como um município favorável para pesquisas relacionadas à identidade territorial camponesa, uma vez que, além de manifestações como a Folia do Divino Espírito Santo na Roça (SOUSA, 2013) e a Feira da Moagem (LIMA, 2015), o município conta ainda com significativa territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra na forma dos assentamentos, além disso, enquadra-se como um local de tensão, por possuir extensas áreas destinadas ao agronegócio.

Além dos 17 assentamentos já consolidados no município, Formosa conta ainda com a recente ocupação do pré-assentamento Dom Tomás Balduino. Ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a história deste pré-assentamento tem início no município de Corumbá-GO, no dia 31 de agosto de 2014, com a ocupação da fazenda Santa

Mônica, que está localizada entre os municípios de Abadiânia, Alexânia e Corumbá, todos no estado de Goiás, cujo proprietário é o ex-senador Eunício Oliveira (MDB-CE). Em nota,

O MST denuncia a escandalosa relação do senador Eunício com expulsão de dezenas de famílias camponesas da região, com o único intuito de promover a especulação fundiária, em uma região onde o preço da terra tem se valorizado muito nos últimos anos. Atualmente, além de vastas extensões de terra improdutivo, algumas propriedades são arrendadas para a produção de soja e milho, demonstrando o interesse exclusivamente financeiro que o senador tem com a área [...]. Sendo a maior ocupação realizada no estado de Goiás nos últimos 10 anos, é composta por jovens, homens e mulheres que demonstram a atualidade da reforma agrária para um novo projeto de desenvolvimento para o país, baseado nas necessidades reais do povo trabalhador brasileiro. Com essa ocupação, o MST reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira de lutar pelo fim do latifúndio, contra o agronegócio e pela produção de alimentos saudáveis para o povo da cidade e do campo (MST, 2014).

De acordo com o MST (2014), a propriedade é autodeclarada improdutivo e trata-se de um grande complexo de imóveis que, no total, abrange uma área de mais de 20.000 hectares. No primeiro ato de ocupação ocorrido no dia 31 de agosto de 2014, estima-se que havia no local mais de 3 mil famílias. Durante a ocupação, os camponeses ali se territorializaram, estabelecendo vínculos com a terra que, entre outros, objetivavam promover o sustento daquelas famílias,

Em pouco mais de 200 hectares os Sem Terra resgataram diversas variedades de sementes crioulas, sistemas de controle biológico, consórcios de culturas, princípios de alelopatia e mais uma gama de inovações desenvolvidas, bem como mais de 22 culturas diferentes passaram a ser cultivadas (MST, 2014).

Após cerca de 06 meses de ocupação, o então juiz da Comarca de Corumbá expediu o despejo das famílias residentes no acampamento, que saíram de lá no dia 04 de março de 2015, mediante a firmação de determinados acordos, entre eles, a investigação da legalidade das terras do ex-senador Eunício Oliveira, a garantia de colheita dos alimentos cultivados, bem como o assentamento de aproximadamente 1.100 pessoas em até 60 dias após a desocupação da área (MST, 2014). No entanto, não houve o cumprimento dos acordos, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra realizou a reocupação da propriedade no dia 21 de junho de 2015:

Em junho de 2015, a situação é a seguinte: das três mil famílias retiradas da fazenda do senador Eunício de Oliveira, 500 famílias encontram-se pré-assentadas no município de Formosa, no estado de Goiás, e outras 300 encontram-se acampadas, em uma área de mil metros quadrados, em um outro assentamento de famílias do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, localizado a um quilômetro da cidade de Corumbá de Goiás, esperando, há mais de dois anos, em barracos de lona, a liberação de mais áreas acordadas junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e ao Governo Federal (TALGA, 2017, p. 126).

Em Formosa, de acordo com a pré-assentada senhora Regina, a propriedade ocupada tem aproximadamente 9.000 hectares e foi dividida internamente em 3 áreas, com capacidade total de assentamento para 405 famílias. Regina enfatiza que a área não foi alvo de nenhum tipo de conflito, uma vez que é fruto de um acordo de comodato com o proprietário do imóvel, cujo prazo inicial era de 3 meses, mas já se estende por 3 anos.

A propriedade ocupada possui alguns problemas, entre eles dívidas tanto com banco público quanto privado; no entanto, o acordo firmado é de venda da área, à qual, mediante atos e lutas realizados pelos camponeses, o Governo Federal garantiu o equivalente a cerca de 100 milhões em título. Os pré-assentados enfrentam grandes impasses para a obtenção da terra, entre eles o falecimento do proprietário que culminou no desentendimento entre herdeiros.

É relevante ressaltar o contexto político do Brasil em que ocorreu a ocupação da propriedade. Em 2016, a então presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), sofreu o processo de impeachment, no qual o vice Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu o governo do país. Já nas eleições presidenciais do ano de 2018, a disputa presidencial foi vencida por Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), que realizou declarações contrárias aos movimentos de Luta Pela Terra no Brasil durante sua vida política.

Já no estado de Goiás, foi eleito para o cargo de Governador o senhor Ronaldo Ramos Caiado do Democratas (DEM-GO), que, além de ter sido alvo de denúncias quanto à prática de trabalho análogo à escravidão, pertence a uma família que já teve diversos conflitos com movimentos de luta pela terra, fator que acaba gerando tensão para as famílias camponesas, preocupadas quanto ao seu futuro.

Aqui a gente mata um leão por dia, porque agora vai ser os piores 4 anos. Para a gente conseguir com que fossem firmados esses títulos nós fizemos muitas lutas em Brasília. Mesmo que a gente consiga o pagamento da terra, mesmo que a gente consiga tudo, nós vamos ter uma briga muito grande porque esse governo que está aí ele não vai dar sossego. (Regina, em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

Durante as entrevistas realizadas, aliadas à observação em campo, percebeu-se que são diversas as mazelas enfrentadas pelos camponeses: falta energia, educação e, principalmente, água potável, de modo que a água utilizada no consumo das famílias é buscada no meio urbano do município. No entanto, persiste a esperança de dias melhores e uma incessante força/necessidade de lutar pela terra enquanto instrumento de reafirmação da própria identidade daqueles camponeses. Em sua história com o movimento, a senhora Cecília relembra,

Eu era cuidadora em Goiânia, um pessoal conhecido meu em Alexânia entrou para o movimento, aí eu fiquei sem serviço, o mercado foi ficando escasso porque eu já era de idade e as pessoas tinham preconceito, fiquei desempregada pagando aluguel. Conversei com a menina que estava no movimento, virei para meu filho e falei que ia para os sem-terra. Ele disse: você está doida, e eu falei: **estou recobrando minha consciência**. Vendi tudo, e nisso eu estou há 4 anos debaixo da lona. (Cecília, 63 anos em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 22 de dezembro de 2018) (grifo nosso).

O ato de “recobrar a consciência”, como colocado pela entrevistada, permite uma análise de reconhecimento da sua identidade territorial camponesa. O sentido da vida, para Cecília, está refletido no campo: em suas palavras, *“fiquei anos da minha vida morta na cidade, porque minha vida é o campo, sempre foi. Depois que meus filhos casaram e eu fiquei sozinha, eu voltei para onde eu realmente sou feliz”* (Cecília). Nesse sentido, a luta pela terra está ligada tanto à identidade quanto à existência do camponês. A senhora Francisca, que, na ocasião de ocupação da Fazenda Santa Mônica, fez o trabalho de base de convite às pessoas, afirma ter conseguido levar cerca de 630 famílias para a ocupação, afirmando: *“sou apaixonada nisso aqui, não sei viver em outro lugar”*. A pré-assentada senhora Rita complementa: *“se a gente perder isso aqui, praticamente estamos perdendo nossa vida. É um sonho que temos, é tudo”*.

Os entrevistados ainda destacaram que, no campo, um existe e resiste em prol do outro, o sonho e a luta são mútuos, tanto nos atos de resistência, quanto nos de sobrevivência diária.

É a realização de um sonho quando a gente vê isso aqui tudo plantado, quando um não tem arroz, mas o outro tem e divide. A gente luta, une as forças para um ajudar ao outro. Se uma barraca despenca o outro grita socorro. Quando você não tem arroz para colocar na panela um tenta ajudar o outro, é um sentimento muito forte, não dou conta de viver sem isso aqui mais não (Senhora Francisca, 53 anos, em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

Sersocima (1995) chama a atenção para a vivência de comunidade em seu sentido do bem comum entre os camponeses, em que se busca o bem-estar de toda a vizinhança com a solidariedade demonstrada principalmente a partir de mutirões, característica própria da identidade territorial camponesa. Sobre a luta no movimento que é sempre recíproca, destaca-se a fala da pré-assentada Regina:

Tivemos grandes conquistas para nós e para outros, porque não lutamos só por nós, lutamos em conjunto, conseguimos bons projetos: o centro, o primeiro plantio de semente crioula é nosso, somos os maiores produtores de arroz orgânico. Se os companheiros vão para a luta vamos juntos, se eles conquistam a gente conquista também (Regina em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

As entrevistas possibilitaram perceber, entre os pré-assentados, um movimento de retorno para o campo, uma vez que todos eles possuíam relação com a terra principalmente na infância, relação esta que vai além do caráter econômico, mas está ligada principalmente ao social, ao cultural, ao emocional e à identidade.

Eu sou nativa, fui criada longe da civilização até os 12 anos, minha vó era índia. Depois meu pai mudou, a gente ficou mais próximo de pessoas, mas longe da cidade, a civilização mais próxima que tinha da gente era de 5 léguas, a gente sobrevivia com tudo da natureza. Depois fui para cidade estudar, mas nunca perdi o contato com o campo. (Cecília, 63 anos).
Eu mexia com meu pai na roça, morei na roça até 1980, fiquei 12 anos em Goiânia e depois vim para o movimento. (Sebastião, 66 anos)
(Informações verbais em entrevista com a autora no dia 22 de dezembro de 2018).

Sabendo dessa relação que o camponês possui com a terra, a senhora Cecília afirma:

Tudo que eu produzo aqui, nunca usei um grão de adubo. A terra é boa, mas o verdadeiro camponês tem que saber trabalhar a terra, se não souber ela enfraquece porque ela precisa se alimentar, já é o quarto plantio que eu estou fazendo, não uso adubo e minha plantação é ótima porque eu trabalho a terra (Cecília, 63 anos em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 22 de dezembro de 2018).

Dentro dessa perspectiva, Regina destaca que um dos objetivos na propriedade é desenvolvê-la a partir do conceito agroecológico. Durante a observação em campo, percebeu-se que já existe, na propriedade, toda uma territorialização dos hábitos, costumes e valores do camponês: a amizade, a cooperação, o cuidado com a terra, a luta por ela e a produção para subsistência, com possível comercialização daquilo que excede; *“minha renda é o que eu colho aqui, aqui não dá para vender nada, é só para gente mesmo e para alimentar os bichos”* (Sebastião). Nesse contexto, também se evidencia uma das principais características da identidade territorial camponesa, que é a terra de trabalho, terra para a reprodução da vida, terra como produção de hábitos, costumes e valores completamente diferente daqueles que servem ao agronegócio.

Quanto à produção do pré-assentamento, destacam-se o milho, a pimenta, a abóbora, o arroz, o feijão, a mandioca, a criação de porco, entre outros. Cada família desenvolve sua produção na parcela que ocupa temporariamente e dela tira o sustento de sua família e de seus companheiros de luta sempre que necessário.

É interessante ressaltar ainda que, além de todos os preconceitos vivenciados cotidianamente pelos camponeses quanto ao seu lugar de origem e seus costumes, de acordo com alguns pré-assentados, quando os mesmos chegaram no município, houve certa resistência da população quanto aos produtos por eles cultivados. Pouco a pouco, porém, esse preconceito tem sido vencido, principalmente após a realização do I Circuito de

Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, que ocorreu no município nos dias 07, 08 e 09 de abril do ano de 2017. Durante a feira, houve seminários, shows, artesanatos e, ainda, a comercialização de alimentos livres de agrotóxicos.

Percebeu-se, também, que a relação dos pré-assentados com o movimento de luta pela terra é recente: em sua maioria, as pessoas iniciaram-se na luta a partir da ocupação da Fazenda Santa Mônica. Como já citado, grande parte dos pré-assentados possuía relações com a terra durante a infância, desse modo, quase em sua totalidade, o que levou essas pessoas a fazer parte do movimento foi a vontade de retorno ao campo. Outro motivo apontado foi o sentimento de solidariedade com o próximo, fato que reafirma a tese de que a solidariedade é uma característica intrínseca à identidade camponesa.

Quanto à experiência com o movimento, segundo entrevistados, a mesma é de transformação: *“eu aprendi muito com os meninos do movimento, eles me ensinaram muita coisa. O movimento somos nós, a sigla é uma coisa, mas o movimento em si somos nós, somos um só”* (senhora Francisca em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

A inserção no movimento de luta pela terra tem proporcionado oportunidades de emancipação e autonomia para esses camponeses, as quais tomam diversas formas, entre elas, por meio da educação. Na primeira observação em campo, ocorrida no dia 01 de dezembro de 2018, foi possível presenciar uma formatura do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que foi mediada por meio do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e com financiamento do INCRA.

Nosso projeto não é só de ocupar a terra, nós temos que ocupar e formar esses companheiros para enfrentar a nossa sociedade, para enfrentar as novas etapas de dificuldade que vem pela frente [...]. Quando começamos o acampamento a primeira coisa que nós fazemos é alfabetizar eles, porque eles têm que assinar o documento deles (se referindo ao título da terra), principalmente as companheiras, porque nós conseguimos essa luta, hoje a terra vem no nome das companheiras e a maioria de analfabetos são elas [...]. E a partir de hoje elas não são consideradas cegas, elas vão enxergar, elas vão saber chegar, conversar e ver: esse é o meu documento assinado por mim, eu não precisei colocar meu dedo lá, eu não precisei dar procuração pra ninguém resolver, eu vou resolver, eu consegui com a ajuda dos nossos companheiros, com ajuda das nossas lutas que não são fáceis, mas nós conseguimos, e nós sabemos que isso é só o primeiro passo, mas nós vamos conseguir chegar até o fim dele [...]. Vamos continuar firmes até o fim da nossa luta, conquistar nossa terra e continuar com os estudos (Regina, durante a formatura ocorrida no dia 01 de dezembro de 2018).

Foram realizados, durante o evento, diversos depoimentos emocionados de formandos do 1º segmento da EJA, que, em sua maioria, eram pessoas idosas. Entre eles, ressalta-se o depoimento do senhor João, que narrou da seguinte maneira a história de sua esposa com o processo de alfabetização:

Vim aqui agradecer o PRONERA, agradecer vocês, porque eu sou testemunho vivo que minha esposa não sabia fazer nada de caneta, de lápis, nada. E foi através desse projeto de vocês que eu tenho orgulho (emocionado) de ver minha esposa fazer o próprio nome, é muito bom mesmo. Eu fico emocionado porque eu vi o trabalho dos companheiros, com todo incentivo e paciência, para ensinar ela fazer a primeira letra do nome dela, ela chegava em casa, começou a rabiscar as lonas, a rabiscar o pote de água, - “Maria para com isso Maria”, - “Não paro porque eu já dou conta, eu estou aprendendo, eu tenho que aprender, eu não quero mais “borrocar” com o dedo” (Fala do senhor João sobre a esposa durante a formatura ocorrida no dia 01 de dezembro de 2018).

Ainda durante os agradecimentos dos estudantes, a aluna Tereza assim expôs: *“eu agradeço aos companheiros que estão aqui e deram força para nós, [...] que têm nos ajudado muito, a ensinar a gente a enxergar o mundo, porque a gente era cego e, enxergar o mundo é bom demais, a gente aprende a ser gente”* (aluna Tereza durante formatura da EJA). Percebe-se que, para esses camponeses, o ato de ser alfabetizado se configura enquanto instrumento de criação e reafirmação da própria existência e, logo, da sua identidade territorial camponesa.

É visto desse modo que o pré-assentamento Dom Tomás Balduino chegou no município de Formosa com propostas que vão desde a produção de alimentos saudáveis, à educação e à transformação, com o empenho de construir/formar não apenas uma nova mulher e um novo homem, mas também uma nova sociedade a partir da territorialização da identidade camponesa.

Para os camponeses, a luta pela terra não se trata apenas da conquista da terra, mas também da dignidade enquanto pessoa, enquanto cidadão ativo e participativo dentro da sociedade, trata-se da conquista do conhecimento, da liberdade e da autonomia. Essa luta diz respeito a um povo que foi marginalizado durante toda a história da humanidade e que, agora, exige respeito da sociedade, pessoas que querem mostrar que são produtivas, que querem viver na e pela terra, pessoas que anseiam ter a sua identidade territorial reconhecida.

Considerações Finais

O território do camponês está em constante tensão, sendo um espaço de disputa política, social e econômica, de disputa por poder. Nesse sentido, a luta pela terra, materializada no pré-assentamento Dom Tomás Balduino, é símbolo de resistência e organização da identidade territorial camponesa, bem como da desconcentração fundiária no município de Formosa-GO. A territorialização desse pré-assentamento no município é resultado de uma incessante disputa de território impulsionada pela intensa concentração fundiária que é consequência da colonização brasileira.

As narrativas de vivência dos pré-assentados evidenciaram características da identidade territorial daqueles camponeses, tais como a relação com a terra que vai além do vínculo econômico, a solidariedade e a produção para subsistência com comercialização daquilo que excede. Nesse sentido, a ocupação na fazenda Santa Mônica, que desencadeou a transferência de famílias para o município de Formosa, é um símbolo de resistência da identidade territorial camponesa no estado de Goiás e tem apresentado ao município significativas contribuições para a luta pela terra, por saúde, por educação e por condições dignas de vida no campo.

Referências

- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** Revista História. São Paulo: UNESP, v.14, 1995. p. 125-136
- ANDRADE. Manuel Correia de. Territorialidades e desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** 4. ed. p. 213-220. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DUARTE, Élio Garcia. As ocupações de terra em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia.** Instituto de estudos sócio-ambientais/Geografia. UFG. Vol. 19 – nº 2 jan/dez, 1999.
- DUARTE, Élio Garcia. Manifestações camponesas em Goiás: Perspectivas para uma pesquisa histórico-cultural. **História Revista.** vol. 6 jan/jun, 2001, p. 113-134
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n. 2, p. 01-09, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato.** Texto, 2004.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. **Organização camponesa em Goiás nas décadas de 1950-1960 e os sinais de novas práticas educativas nos atuais movimentos sociais.** Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 29 (2), p. 227-237, jul/dez, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: **Manifestações da Cultura no Espaço.** ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia. Ano IX. nº 17, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 58p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Painel dos Assentamentos.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/>> acesso em: 29 de dezembro de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Formosa.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/formosa/panorama>> Acesso em: 30 de dezembro de 2018.

LIMA, Amanda Souza. **A feira da Moagem no município de Formosa-GO: uma forma de manifestação da identidade territorial camponesa**. 2015. Monografia (licenciatura em Geografia)

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 2, p. 95-108, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Três mil famílias do MST ocupam a fazenda Santa Mônica, do senador Eunício Oliveira**. MST Online, 01 de set. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/09/01/tres-mil-familias-do-mst-ocupam-a-fazenda-santa-monica-do-senador-eunicio-oliveira.html>> Acesso em: 02 de janeiro de 2019

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: SIMSON, Olga Moraes Von. (org.). *Experimentos com história de vida*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, 192 p.

SERSOCIMA, Eliana Aparecida. **Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, UFGO, 1995.

SILVA, Edson Batista da. Território e identidade territorial: elementos para a análise da agricultura agroecológica camponesa como caminho para permanência na terra no cerrado. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 03, p. 80-95, 2014.

SOUSA, Maxlanio Dias. **A folia da roça no resgate e na valorização da identidade territorial camponesa no município de Formosa-GO**. 2013. Monografia (licenciatura plena em Geografia) 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO. Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. 15ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 77-116

SOUZA, Francilane Eulália de. **As Geografias das escolas no campo do município de Goiás: um instrumento para a valorização do território camponês**. 2012. Tese (doutorado em Geografia) 2012. 380f.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. Do campesinato clássico ao camponês do século XXI: Discussões a partir da obra de Ricardo Abramovay. In: **UEG em revista: Revista Científica da UEG-Quirinópolis**. Goiânia: Kelps, 2009. Vol. 1, n.5, p. 141-166

TALGA, Dagmar Olmo. **Comunicação e luta pela terra em Goiás: estudo a partir do acampamento Dom Tomás Balduino**. UFG, Faculdade de informação e comunicação. 2017, 247f (dissertação)

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

Sobre as autoras

Amanda Souza Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Formosa. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente é membro do Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-1130-5435>

Francilane Eulália de Souza – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Atualmente é professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Formosa e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-7610-8099>

Como citar este artigo

LIMA, Amanda Souza; SOUZA, Francilane Eulália de. Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 315-334, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A primeira autora **Amanda Souza Lima** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises, enquanto que a segunda autora **Francilane Eulália de Souza** se responsabilizou pela orientação no desenvolvimento da pesquisa, revisão crítica e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de maio de 2019.
Devolvido para a revisão em 07 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 22 de janeiro de 2020.
